

CARTOGRAFIA SOCIAL NA OCUPAÇÃO JARDIM SOCIAL:
DESCOLONIZANDO NARRATIVAS
CARTOGRAFÍA SOCIAL EN LA OCUPACIÓN DEL JARDÍN
SOCIAL:
DESCOLONIZANDO NARRATIVAS

Marcelo Cunha Varella¹
Roberto Martins de Souza²

RESUMO

O presente artigo pretende interpretar o processo social de urbanização na periferia de Paranaguá, considerando o recorte da ocupação urbana Jardim Social a partir do ponto de vista dos sujeitos que vivem nestas áreas, bem como de suas formas organizativas específicas desde uma perspectiva decolonial³. Inicialmente, a pesquisa foi acionada pela demanda comunitária de realização da cartografia social na ocupação Jardim Social em face à ameaça de despejo decorrente da ACP impetrada pelo Ministério Público do Paraná. O objetivo do artigo teve por finalidade relatar o processo que levou a instrumentalização dos moradores da ocupação sobre o contexto específico de produção da espoliação urbana na cidade de Paranaguá, em consonância com ressignificação da noção de “invasão”, “desordem” e “marginalização” daqueles que tem seus direitos fundamentais violados pela ausência de políticas públicas de habitação de interesse social, sendo por isso levados a construir “sua existência” em ocupações irregulares. O procedimento de pesquisa adotou a realização de oficinas de produção de mapas na ocupação, técnicas de filmagem, de utilização do GPS (*Global Position System*) e realização de entrevistas, cujo foco são os sujeitos/moradores da referida ocupação. Ao final, a pesquisa publicou como resultado o fascículo intitulado: *Conflito social na Ocupação Jardim Social*, o que derivou em

¹ Possui graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Paraná, especialização em Questão Social pela Abordagem Interdisciplinar, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental e doutorado em Geografia, na linha de pesquisa de Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional. Está lotado na Câmara Curso de Licenciatura em Educação do Campo. É integrante do Núcleo de Estudos de Agroecologia-NEA, do Núcleo de Defesa de Povos e Comunidades Tradicionais e do Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional. Endereço eletrônico: mvarella@ufpr.br.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutor em Antropologia pelo PPGAA na UFPR. Atua na área de educação de Jovens e adultos desde 1999 como docente em cursos de Educação do Campo, Agroecologia, Direito à Cidade, Planejamento territorial e atividades de Educação popular junto a Movimentos Sociais do Campo. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social de Povos e Comunidades Tradicionais. Líder do Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil. Educador no IFPR desde 2010. Endereço eletrônico: roberto.souza@ifpr.edu.br.

³ Conforme BALLESTRIN (2013) a descolonialidade constitui-se em uma forma de pensar, produzir e valorizar conhecimentos que não correspondam à lógica da colonialidade, do mesmo modo que busca afastar pressupostos e teorias eurocêntricas. Por um lado, o pensamento decolonial tem como intenção refletir criticamente sobre as relações de poder e de colonialidade no âmbito do conhecimento, por outro, também se preocupa com a construção de saberes que resgatem e empoderem os conhecimentos oprimidos e subalternizados. Realizar essa reflexão sobre a ocupação Jardim Social em Paranaguá requereu a adoção de posições perante os fenômenos do colonialismo e da colonialidade incidentes na periferia urbana das grandes e médias cidades no país, isto é, faz-se necessário reconhecer as relações de poder estabelecidas e sustentadas por grupos economicamente hegemônicos que resultam na criminalização e, permanente exclusão territorial de contingentes populacionais socialmente vulneráveis em direção às periferias urbanas.

alavanca para inúmeras mobilizações em defesa do direito à moradia, encetadas contra o poder público e coordenadas pelo movimento local.

Palavras-chave: Assentamentos. Periferia. Ocupações Irregulares. Autocartografia Social.

RESUMEN

Este artículo pretende interpretar el proceso social de urbanización en las periferias de Paranaguá, considerando el esquema de la ocupación urbana Jardim Social desde el punto de vista de los sujetos que habitan en estas áreas, así como sus formas organizativas específicas desde una perspectiva descolonial. Inicialmente, la investigación fue impulsada por la demanda comunitaria de realizar cartografía social en la ocupación Jardim Social ante la amenaza de desalojo proveniente de la ACP presentada por el Ministerio Público de Paraná. El objetivo del artículo fue dar a conocer el proceso que llevó a los habitantes de la ocupación a ser instrumentalizados en el contexto específico de producción de expoliación urbana en la ciudad de Paranaguá, en línea con la resignificación de la noción de "invasión", "desorden", y "marginación" de quienes ven vulnerados sus derechos fundamentales por la ausencia de políticas públicas en materia de vivienda de interés social y, por tanto, se ven impulsados a construir "su existencia" en ocupaciones irregulares. El procedimiento de investigación adoptó la realización de talleres sobre elaboración de mapas en la ocupación, técnicas de filmación, uso de GPS (Global Position System) y realización de entrevistas, que se enfocan en los sujetos / residentes de esa ocupación. Al final, la investigación publicó como resultado el cuaderno titulado: *Conflicto social en la ocupación del jardín social*, que generó numerosas movilizaciones en defensa del derecho a la vivienda, lanzadas contra las autoridades públicas y coordinadas por el movimiento local.

1. INTRODUÇÃO

O direito à moradia, que ao longo de muitas décadas, tornou-se uma evidente problemática nacional, encontra em Paranaguá situação especialmente grave. O processo histórico de urbanização da cidade levou Paranaguá a uma situação insustentável em termos socioambientais, caracterizada pela desigualdade na distribuição das infraestruturas urbanas básicas (como saneamento e acesso à água potável), assim como pela exclusão de parcela significativa da população de baixa renda de áreas juridicamente regularizadas. Nesse sentido, observa-se atualmente, à primeira vista, a aparente existência de uma "cidade legal", marcada por lotes regularizados, e de uma "cidade ilegal", onde o planejamento territorial não alcançaria. Um olhar atento, porém, demonstra, que estas duas facetas estão intimamente ligadas, afinal, como lembra Ribeiro (2014), a exclusão social não é um subproduto ou uma falha do planejamento, senão o efeito concreto de ações planejadas ou, em outras palavras, não é o acaso ou a inconsciência, enfim, que levam à fragmentação socioespacial, mas, sim, políticas e ações estratégicas das elites.

Por esta via, a finalidade deste artigo é relatar o processo de pesquisa associado às novas

formas de mobilização social desencadeado pelo procedimento da Cartografia Social que levou a instrumentalização do capital militante dos moradores da ocupação em um contexto específico de produção da espoliação urbana na cidade de Paranaguá.

Essa realidade, como um produto do jogo econômico de especulação imobiliária e da grilagem de terras, transformou a moradia, um bem essencial à dignidade de todo ser humano, em simples mercadoria comercializada de forma ilegal, como a principal política habitacional na cidade.

A hipótese que permeamos é de que o déficit de habitação em Paranaguá, deve-se principalmente, à ausência de políticas habitacionais municipais destinadas a setores socialmente vulneráveis da população, que disputam, de forma desigual, o espaço urbano contra robustos interesses econômicos, especulativos e políticas preservacionistas, sendo empurrados previsivelmente, para o mercado ilegal de terras urbanas pela “mão” dos grileiros. Soma-se a esse cenário o desinteresse do poder público em mobilizar a participação popular na gestão da cidade, em especial, no que diz respeito ao planejamento urbano e à realização da função social da cidade e da propriedade, conquanto disponha de instrumentos previstos na legislação municipal (Plano Diretor)⁴ específica sobre o tema.

As razões que nos levam a essa investigação tem como base experiências de pesquisa anteriores⁵ realizadas em assentamentos urbanos irregulares na periferia de Paranaguá. O levantamento e discussão das informações nos revelou um campo amplo de questionamentos relativos a um padrão da produção do espaço social na periferia de Paranaguá, bem como quem são e qual é a ação dos agentes envolvidos nesse tenso e conflituoso cenário marcado pela desigualdade e exclusão social.

2. A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO EM PARANAGUÁ

Nas obras “Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatórias” e “Territórios em Resistência”, Raúl Zibechi traz o colonialismo como chave epistemológica para compreender a realidade das formas de luta no continente latino-americano (ZIBECHI, 2015). Sua tese geral, em ambas as obras, é que somente a partir de um pensamento descolonizado, que permita dominação e da resistência locais em múltiplos territórios desde sempre fustigados pela repressão. A narrativa reconstrói o protagonismo dos habitantes das periferias urbanas latino-

⁴ Vide Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá. Prefeitura Municipal de Paranaguá, 2007.

⁵ Em 2014 fomos apoiados pela PROEPPI na realização do projeto de extensão Cartografia Social na Ocupação Jacarandá 2. Em 2015 e 2016 promovemos atividades de ensino no âmbito dos cursos EJA-EPT, envolvendo o levantamento histórico e situacional de diversos bairros na periferia da cidade, resultando em mapas georreferenciados de conflitos urbanos e cidadania.

americanas na luta por condições de autonomia política e social capazes de reverberar na produção do espaço, momento em que o autor reivindica a potência de tais formas de vida urbana.

De modo similar, ao analisarmos o contexto social e urbanístico da cidade de Paranaguá, a periferia representa produto de um processo social característico dos assentamentos urbanos irregulares, impulsionado pelo modelo desenvolvimentista dominante e excludente, resultando na forma desigual como se ordena a cidade, principalmente, a partir da década de 1950. Conforme Caneparo (2000) é a partir desse período que se intensifica o marco do processo de produção da desigualdade social urbana, com os estímulos à modernização do Porto de Paranaguá, que passa a ser um dos fatores centrais da organização do espaço urbano. Concomitante, Paranaguá torna-se pólo de forte atração de mão-de-obra destinado às atividades portuárias, o que levou aos primeiros processos de rápida e desorganizada expansão periférica da malha urbana marcada pela segregação socioespacial, sobretudo, em áreas ambientalmente mais vulneráveis (DESCHAMPS, 2013).

Nas últimas duas décadas, os limitados espaços físicos da cidade passaram a sofrer a amplificação da concorrência por vetores assimétricos. De um lado, a pressão por novas áreas de moradia, dado aumento de fluxos migratórios, por outro, devido a reclassificação e apropriação de grandes áreas para expansão dos operadores do Porto, que avançou sobre áreas de potencial ocupação urbana ou já ocupadas, impulsionando a população vulnerável para novas áreas periféricas da cidade motivados pela dinâmica de expansão portuária. Soma-se a esses vetores, as políticas preservacionistas num município situado em área litorânea do bioma Mata Atlântica, delimitado por baías, mangues, florestas e densa malha hídrica. Esse cenário dificulta e exige precauções dos planejadores oficiais para harmonizar o direito à moradia e a proteção ambiental.

No que tange o papel do poder público local, fica evidente após algumas décadas desse processo em curso, que a expansão periférica desordenada materializada nas ocupações irregulares constitui desde muito tempo *modus operandi* da política de habitação oficial, já que a prática de ocupação urbana irregular é transferida geralmente para especuladores, grileiros ou para a própria população vulnerabilizada. Desta feita, não se discute a função social da terra urbana, ao passo que lança-se no mercado de terras de modo precário “áreas loteadas” sem serviços e infraestruturas, que além de agregar renda ao município, criam cada vez mais uma relação de dependência e favores com os representantes do poder público local. Como consequência, criam-se espaços com baixa qualidade de vida urbana e elevado comprometimento ambiental (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000).

Conforme Sezerino (2016), essa dramática situação social foi exposta por dois instrumentos de gestão pública da cidade de Paranaguá. O primeiro descrito pelo Plano Municipal de Saneamento Básico em 2009, no denominado Relatório de Avaliação Ambiental que estimou cerca de 60 mil habitantes residentes em ocupações irregulares, ocupando uma

extensão de aproximadamente 7 km², atingindo 26% da zona urbana. E em 2014, a publicação do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Paranaguá, que apontou a existência de 7.616 domicílios com carência de infraestrutura, ou seja, cerca de 23% do total dos domicílios. Também foram registrados 3.957 domicílios com inadequação fundiária urbana, cerca de 12% do total. Em relação às ocupações irregulares, são 22.464 domicílios, localizados na zona urbana, nas colônias rurais e nas ilhas do município. Destes, 8.330 domicílios precisam de urbanização simples, pois são passíveis de regularização, 8.171 precisam de urbanização complexa, 5.462 precisam ser realocadas e 501 precisam ser remanejadas.

A apresentação desses dados denota contradições de uma cidade marcada pela desigualdade social e exclusão territorial, onde parcela da população permanece em condições precárias de existência, em situação de acampamentos permanentes, alheia aos serviços essenciais e à infraestrutura adequada. A naturalização desse processo afasta o interesse público e social do direito à moradia da agenda municipal, ao produzir a crença de que a moradia é dever exclusivamente do mercado. Cala fundo no silêncio da periferia, as narrativas das situações de exclusão social sofridas diariamente pelos que lutam pela moradia, mesmo de modo atomizado.

Neste rumo, importa ressaltar o papel da cartografia social desenvolvida na ocupação Jardim Social, momento em que as inovações tecnológicas, principalmente aquelas ligadas ao geoprocessamento e aos recursos da tecnologia da informação, trouxeram perspectivas e aplicações científicas com potencial de popularização da ciência e da tecnologia, criando novas estratégias de controle social das informações geográficas, de modo a ampliar o uso da linguagem cartográfica (ACSELRAD, 2000).

O conhecimento do espaço geográfico em todas as suas dimensões é, atualmente, essencial para a demanda de direitos coletivos, bem como para o planejamento territorial de grupos sociais em situação de injustiça ambiental e social. O sensoriamento remoto, a cartografia e o geoprocessamento são partes integrantes destas atividades, e embora a tecnologia digital seja imprescindível, nem todos têm acesso a esses recursos. A acessibilidade aos instrumentos para o planejamento territorial (tanto em termos de aparelhagem tecnológica, quanto em políticas públicas) é um dos desafios para viabilizar o direito à cidade em Paranaguá, em especial no que concerne às comunidades urbanas em situação de violação dos direitos humanos: tarefa que este artigo pretende apoiar.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta de elaboração do referido trabalho nasce de uma demanda dos moradores da ocupação Jardim Social, realizada em carta datada do dia 04 de agosto de 2016. As oficinas e

visitas nas comunidades tiveram início já no mês de setembro, e as tarefas de levantamento de áreas de ocupações urbanas em Paranaguá mediante consultas às fontes arquivísticas iniciam no fim do mesmo ano. Para análise e interpretação da ocupação Jardim Social procedemos nossa atuação na realização da cartografia social⁶ desde da construção de uma relação social de pesquisa com os moradores da Ocupação, com o intuito de conhecermos na atualidade as características que imprimem certo padrão no processo de criação deste espaço urbano, a fim de identificarmos e caracterizarmos esse processo social *in loco* e, assim, compreendermos seus mecanismos de promoção e conformação atual.

Nestes casos, os procedimentos da cartografia social serviram de instrumento para evidenciar o ponto de vista das populações afetadas pela espoliação urbana nas ocupações irregulares de Paranaguá. Para tanto, a comissão local que representa a comunidade assumiu a tarefa de coordenar as oficinas de mapas, escolhendo os locais de realização, as datas e os sujeitos que participariam deste processo de pesquisa - frise-se, quanto a este último ponto, que estes participantes convidados foram tanto os moradores da Ocupação quanto apoiadores externos. Como se nota, a ação de pesquisa tem se construído desde o espaço social do capital militante acumulado na produção do conhecimento e nas ações de mobilização gerados desde uma reflexão proporcionada pelos moradores da ocupação, servindo de ponto de partida para a realização das oficinas de mapeamento e ações complementares, momento em que se registraram e se refletem sobre os pontos de vista de histórias sociais de espoliação e violência, de trabalho, da relação com o ambiente, da resistência, das lutas e conquistas coletivas, o que nos permitiu compreender o padrão político dominante, e as novas formas de luta e estratégias desenvolvidas pelos moradores, que gradualmente vão delineando os contornos da identidade local da luta por moradia na periferia de Paranaguá, ao mesmo tempo que o grupo busca sua auto afirmação na condição de sujeitos sem teto ou sem moradia, contra o senso comum que os denomina de “invasores”.

⁶ Conforme ALMEIDA (2013) a proposição de uma Cartografia Social enquanto orientadora das práticas de pesquisa se vale de uma significação plural voltada a múltiplas “experimentações” dos sujeitos sociais autores de sua elaboração. Essa construção descritiva se funda num conhecimento mais detido das realidades localizadas. Poderia ser nomeada como uma “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através da relação de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos a vida social dos sujeitos da ação cartográfica.

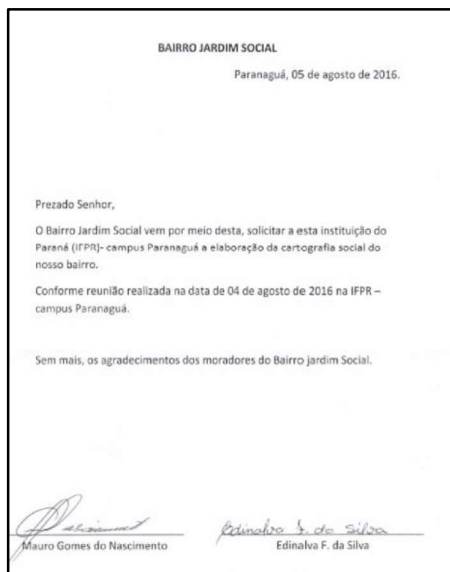


Figura 01: Carta dos moradores. / **Figura 02:** Vista geral da ocupação, 2016. Foto: Autores, 2016.

As “oficinas de mapas” foram caracterizadas por encontros que serviram para capacitar os sujeitos a instrumentalizar as geotecnologias. Neste sentido, os moradores tiveram noções básicas de fotointerpretação (reconhecimento de formas-conteúdo de imagens de satélite), uso de equipamento de GPS e, em especial, ao foi-lhes facultado compreender o uso de diferentes “camadas” em um Sistema de Informação Geográfica - SIG). Além disso, técnicas de entrevistas e de elaboração de croquis foram essenciais, a fim de captar com mais precisão o processo de territorialização vivenciado pelos sujeitos. Nesse momento percebemos a emergência da narrativa específica articulando os capitais militante e técnico, mediados por consensos históricos e situacionais que tratam de informar o ponto de vista sobre o processo local de ocupação: as violações de direitos, a identidade do grupo, os antagonistas, dentre outros. De posse desses recursos tecnológicos a comunidade, com apoio dos pesquisadores, sistematizou o fascículo da cartografia social da ocupação.



Figura 03: Oficina de Mapas, Jardim Social. Foto: Autores, 2016.

Nos cinco meses seguintes procedemos à sistematização da pesquisa de campo com a transcrição das entrevistas e a identificação do padrão narrativo sobre o processo de ocupação da área. Complementando o levantamento de informações realizamos três encontros com as lideranças para apresentar os mapas e resultados das entrevistas, visando adequar as situações concretas mencionadas pelos moradores e os mapas preparados pelos pesquisadores.

Até o momento, nos reunimos em oito oficinas de mapas, onde participaram cerca de 50 moradores do Jardim Social, de modo alternado. As oficinas ocorreram nas casas de moradores e tiveram dentre seus resultados o aprendizado acerca das noções básicas de GPS, técnicas de entrevistas, elaboração de croquis de localização e legendas de representação das situações informadas pelo grupo social. No decorrer das oficinas, a construção dos acontecimentos enunciava a emergência de uma narrativa da ocupação amparada por sujeitos de direitos, moradores de uma ocupação, pelo menos no que refere ao direito à moradia.

Ao fim, os moradores da ocupação realizaram o lançamento da cartografia social na Câmara de Vereadores de Paranaguá no dia 18 de dezembro de 2017, momento em que denunciaram violações do direito à moradia abertamente ao poder público, e abriram caminho para pautar a Câmara de Vereadores com o tema, a partir da criação da Comissão de Especial de Estudos para tratar sobre o assunto. Tal grupo formado por 5 vereadores, teve 6 meses para produzir um relatório, que ao fim apontou a necessidade da Prefeitura de Paranaguá recategorizar a área da ocupação como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e indicar a urgência em realizar a regularização fundiária no local.



Figura 04: Mapa de Localização da Ocupação Jardim Social, 2017. Fonte: Autores, 2017.



Figura 05: Capa Cartografia Social Jardim Social. Fonte: Autores, 2017.

4. DIREITO À MORADIA: UM NOVO PONTO DE PARTIDA

Durante o processo de produção do mapa nas oficinas e posterior lançamento oficial da Cartografia Social na Câmara de Vereadores de Paranaguá, foi possível conhecer a reelaboração e articulação das narrativas dos sujeitos de direito à moradia, que passaram a compreender sua condição social como “espoliados”, bem como o sentido prático da “autoconstrução” (KOWARICK, 1980), tornando a pesquisa espaço de suas falas, reflexões e aprendizados sobre a condição social, anteriormente classificada como “moradores de invasões”⁷. As formas atomizadas de organização local apoiadas em laços de solidariedade manifestas nas carências mais essenciais desse fenômeno tem sido capazes de enfrentar com dificuldade a falta de direitos essenciais, traduzidos em conflitos sociais e violência institucional, resultado da forma hegemônica de produção das cidades, que tem eliminado o interesse público para dar lugar aos interesses privados⁸, especialmente referidos a formas precárias de ocupação urbana, em detrimento da população de baixa renda que se expressa na situação da injustiça ambiental a que está submetida.

Os principais conflitos enunciados pelos agentes sociais da ocupação Jardim Social se referem a: falta de arruamento, “gato de luz”, “gato de água”, buracos na rua, falta de esgoto e violência policial. Dentro das narrativas ainda foi possível identificar a ineficácia do Programa habitacional municipal ou regularização fundiária e ausência de programas de mitigação dos impactos sociais.

“A ocupação eu creio, que é nós que não temos dinheiro, como se diz pra gente comprar uma casa, que a casa aqui em Paranaguá está muito cara, então é esse lugar assim, aqui em Paranaguá, muitos lugar estão, assim, desocupado, e aí o pessoal precisa de moradia. Muitas pessoas tem terreno, tem terrenos aí, que não consegue nem cuidar. Então esse pessoal, que está precisando muitas vezes vem ocupar esse terreno que está sem aproveitamento. E a pessoa necessita de uma moradia pra criar seus filhos, senão como é que a gente vai criar nossos filhos sem moradia, pagando aluguel do jeito que as coisas estão cara. Então, nós precisamos dessa moradia, dessa ocupação. Agora invadir, isso a gente não fez isso, não invade o terreno dos outros. Então, nós fizemos essa ocupação, porque nós precisamos desse terreno pra nós construir nossa casa, pra criar nossos filhos, criar nossos netos, futuramente, porque é uma área que está desocupada, não tinha proveito nenhum. Depois que nós ocupamos surgiu os donos, depois de

⁷ Ao longo do processo de cartografia, os sujeitos da ação reformularam sua autodefinição para “moradores da ocupação”, ao compreenderem que sua necessidade de moradia é um direito essencial descumprido pela insuficiência na aplicação das políticas públicas de habitação de interesse social existentes movidas pela contradição entre a privatização do espaço e as tentativas de ação de cunho coletivo representadas pelo planejamento.

⁸ Nos referimos, conforme Lefebvre (2008) a um dos efeitos “criados” pelo capitalismo nas cidades, ao criar a moderna propriedade fundiária, que transformou um bem (terra) que era essencialmente valor de uso em algo com valor de troca. Esse fenômeno produz tensões maiores especialmente em cidades onde esse bem está sob controle dos interesses privados clandestinos promotores de grilagens e terras públicas ou devolutas.

bastante tempo que nós estava aqui, já. A gente nem sabe quem fez essa degradação da natureza, porque o pessoal foi chegando, chegando... Nossa diferença para os grileiros é que o grileiro vem pra tirar lucro, tirar vantagem no terreno, e porque ele vê a necessidade das pessoas que precisam de moradia (Sr. Valdomir Pereira, 58 anos).”

Para tanto, além de relatar as histórias relativas ao processo de ocupação, as oficinas serviram para ressignificar o “espaço dos pontos de vista dos sujeitos da ocupação” (BOURDIEU, 2003). Nesse esforço de pesquisa foi possível conhecer e interpretar, a partir de um novo padrão explicativo, os processos sociais de ocupações urbanas consideradas irregulares na periferia de Paranaguá, contribuindo com a organização daqueles que tem seus direitos violados pela ausência do cumprimento constitucional, em razão da escassa e ao mesmo tempo contraditória política oficial de habitação da cidade.

“Em 2010 morávamos no Bairro Vila Portuária, em uma casa alugada, sempre com esperança de ter nossa própria casa. Aí um dia o proprietário nos deu um prazo para devolver o imóvel. Começamos a procurar outra casa. Procura aqui, procura ali, foi quando soubemos que houve uma área ocupada, então viemos conhecer essa área e, chegando no local da ocupação, soubemos de um lote a venda, terreno muito molhado com muito cepo e raízes, mas negociamos assim mesmo (Sr. Mauro Nascimento, 48 anos).”

A narrativa expôs uma nova representação social, que concorre para desconstruir e desnaturalizar os lugares-comuns como parte de uma forma de produção social da cidade interessada em acumular e espoliar continuamente a população empobrecida: “invasão”, “degradadores do ambiente”, “grileiros”, dentre outros. Não é preciso muito aprofundamento para “colocar as ideias no lugar ou no real” (SCHWARZ, 1977) para buscar compreender o fenômeno das ocupações irregulares na periferia de Paranaguá.

“Tudo começou com muita dificuldade antes de nós conseguir esse terreno. Morei muito tempo eu e minha família com a minha mãe nos fundos do terreno dela, próximo ao mangue. Tivemos dificuldades com as enchentes que invadiam todo o lugar na área. E com todas as dificuldades que nós passamos nesse lugar, nós optamos em procurar um lugar melhor, sem que nós sofresse com os temporais e enchentes porque nós perdemos bens materiais (Sr. André Oliveira dos Santos, 40 anos). “

Nesse campo de análise, a hegemonia do discurso dominante pode ser contraditada pela legislação que cobra a função social da cidade e da propriedade como princípios orientadores da ação pública, tendo como finalidade o fortalecimento dos interesses públicos e sociais. De outro modo, o descumprimento da lei e a ausência de políticas urbanas de moradia não permite outra opção, senão a luta e a resistência desesperada, somente possível pela ocupação de áreas que não cumprem sua função social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados observados no percurso de pesquisa podem ser sintetizados a partir da emergência de uma narrativa social que revela os processos sociais produtores da desigualdade e exclusão territorial para novas áreas de expansão periférica da cidade: “privatização clandestina” da política de urbanização na periferia; precariedade dos assentamentos urbanos; criminalização dos moradores, dentre outros. Outrora criminalizada e, tendo nos sujeitos das “invasões” o foco da responsabilidade dos problemas urbanos e da degradação ambiental, as ocupações urbanas irregulares têm demonstrado até certo ponto ser a válvula de escape que minimiza o aumento das tensões e conflitos sociais por moradia na cidade de Paranaguá, ao mesmo tempo que produz uma cidade propícia a outras formas de tensão social. Todavia, com um déficit habitacional crescente, e áreas cada vez mais disputadas entre a especulação imobiliária, a grilagem de terras, a expansão portuária e as medidas preservacionistas, resta ao poder público local a adoção de políticas habitacionais amparadas nos copiosos instrumentos de gestão participativa da cidade disponíveis, em especial, após a publicação do Plano Diretor da Cidade de Paranaguá em 2007.

Enquanto a população das ocupações aguarda pacientemente a presença do Estado democrático de direito, os movimentos urbanos de luta por moradia, ainda que em estágio atomizado, parecem despontar como ação coletiva remediadora do déficit habitacional, caso do movimento por Moradia do Jardim Social⁹ (2017) e do Movimento de Luta por Moradia de Paranaguá (2018), precursores do Fórum Municipal de Reforma Urbana, este, criado em 2019.

Para finalizar, vale ressaltar o quanto é desafiador abarcar sentimentos, reflexões e compreender narrativas até então silenciadas, e agora expostas em razão das oficinas de cartografia social. O olhar daqueles que vivem nas ocupações e sofrem no corpo e na alma as marcas da violência institucional no cotidiano e o julgamento social que humilha os “sem teto” e os “sem moradia” de Paranaguá tornados um “problema social” às avessas. De modo contrário, são esses sujeitos que por meio de ocupações de terra tem distensionado os agudos conflitos sociais provocados pelo déficit habitacional na cidade, apontando para a formação de um movimento social que, qual afirma Melucci (1989), anunciam os conflitos e as questões urgentes da sociedade presente – e, por isso, podem permitir ao poder público um olhar que evoque o direito à cidade, e, conseqüentemente, a produção de um território mais democrático, ao menos no que diz respeito ao uso e ocupação do solo urbano.

⁹ O Movimento por Moradia do Jardim Social converteu-se em 2019 em Associação de luta por moradia e regularização fundiária da ocupação jardim social.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H., *Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia*, in IBASE/CUTRJ/IPPUR-UFRJ, Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente – o debate internacional, série Sindicalismo e Justiça Ambiental vol.3, RJ, 2000, p.7-12.

ALMEIDA, A.W.B, FARIAS JUNIOR, E. A. (orgs.) *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social*. Manaus: UEA Edições, 2013.

BOURDIEU, P. et al. *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 747p.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

CANEPARO, S. C. Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR (1952-1996), *através do uso de Sistema de Informações Geográficas*. RA'EGA, Curitiba, v. 4, 2000, p.111-130.

DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. L. U. *Os Fluxos Migratórios e as Mudanças Socioespaciais na Ocupação Contínua Litorânea do PR*. *Revista Paran. de Desenvolvimento*, Curitiba, n.99, 2000, p. 45-59.

DESCHAMPS, M. V.; POLIDORO, M. *Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 34, n. 125, 2013, p. 213-235.

KOWARICK, L. "Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70". *Presença*. São Paulo, nº 2, 1984, p. 65-78.

_____. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 202 p.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Centauro, 2008.

MELUCCI, A. *Um objetivo para os movimentos sociais?* *Revista Lua Nova*, nº 17. CEDEC, 1989.

PDDI. *Plano diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá*. Prefeitura Mun. de Paranaguá, 2007.

SCHWARZ, R. *Ao Vencedor as Batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEZERINO, F. S. *Entre a floresta e a periferia: vulnerabilização humana e projeção de cenários para entorno das unidades de conservação da Mata Atlântica de Paranaguá*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos, PR, 2016. 231 f.

ZIBECHI, R. *Territórios em resistência: Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas* Rio de Janeiro: Consequência, (2011) 2015.